EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ
Av. Pedro Freitas, 1900, Centro Administrativo, Entre os prédios da SEAD e SEDUC. - Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP 64018-900
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - http://www.etipi.pi.gov.br

PROCESSO Nº 00117.000100/2025-95

EDITAL DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO PERMANENTE EM GOVERNANÇA EDUCACIONAL N.º 01/2025 — ETIPI

A **ETIPI — EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO PIAUÍ** torna público o presente EDITAL DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO PERMANENTE EM GOVERNANÇA EDUCACIONAL N.° 01/2025, objetivando licitações futuras restritas aos pré-qualificados, cujas formas de apresentação e critérios de julgamento serão definidos nos instrumentos convocatórios (chamada de oportunidade), sendo os atos deste procedimento auxiliar, das futuras licitações e dos contratos decorrentes, regidos pelo **REGULAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS DE CONVÊNIOS DA ETIPI,**[1] pela **Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016** e alterações, bem como pelas disposições deste Edital e Anexos.

LOCAL E DATA DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO: Os interessados deverão entregar a documentação, exigida conforme as normas do Edital, à Comissão Especial de Pré-qualificação Permanente, situada na Av. Pedro Freitas, 1900, Centro Administrativo, entre os prédios da SEAD e SEDUC — Bairro São Pedro, Teresina–PI, CEP 64018-900. A entrega dos documentos será realizada mediante formulário próprio e disponibilizado através do link: https://www.etipi.com.br/licitacoes. A entrega da documentação será prioritariamente na sua forma eletrônica e na sua impossibilidade deverá ser protocolada, conforme modelo de formulário do Anexo II.

Após a data informada, a pré-qualificação permanente para empresas interessadas permanecerá aberta até ulterior deliberação da ETIPI.

Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do correio eletrônico.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo processo será observado o horário de Teresina–PI.

DAS ALTERAÇÕES: Quaisquer alterações futuras nas condições de pré-qualificação permanente serão divulgadas mediante publicação no Diário Oficial do Estado e no endereço eletrônico https://www.etipi.com.br/licitacoes, na opção “Pré-qualificação Permanente”.

As empresas pré-qualificadas deverão também atender a essas alterações, submetendo as documentações adicionais nos formatos e prazos estabelecidos, sob pena de perderem a sua pré-qualificação.

Integram este Edital, independentemente de transcrição, os Anexos abaixo:

ANEXO I — TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II — MODELO DE DECLARAÇÕES

1. DO OBJETO

1.1. Pré-qualificação permanente para contratação de empresa especializada em fornecimento de solução inovadora de governança, execução e monitoramento das políticas públicas educacionais, considerando aspectos integrados que abrangem o bem-estar e o desenvolvimento humano.

1.2. As especificações do objeto, os locais de prestação dos futuros serviços e a forma de execução do contrato constam nos Anexos deste Edital.

2. DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO PARA CHAMADA DE OPORTUNIDADE

2.1. As futuras licitações, citadas no preâmbulo deste edital, serão restritas aos pré-qualificados, na forma do artigo 94 do REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ETIPI e artigo 64 e 65 da Lei 13.303/2016.

3. DA VALIDADE DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO

3.1. O prazo de validade da pré-qualificação permanente será de 1 (um) ano, a contar da publicação do resultado no Diário Oficial do Estado do Piauí, sendo renovado automaticamente.

3.2. O prazo de validade previsto no item 3.1 será contado individualmente em relação à cada interessada pré-qualificada.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste processo de pré-qualificação permanente, as empresas especializadas interessadas cujo objeto social seja compatível com o objeto deste Edital, que comprovem possuir os requisitos exigidos para a habilitação preliminar, e que atendam às demais exigências deste Edital de Pré-qualificação permanente e seus Anexos.

4.2. Não será admitida nesta pré-qualificação permanente a participação de interessados:

4.2.1. Que apresentem sanção no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União, e/ou no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça.

4.2.2. Em recuperação judicial ou extrajudicial, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução, cisão, fusão, incorporação ou em liquidação.

4.2.3. Que estejam com o direito de licitar e contratar com a ETIPI suspenso, ou que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública, no âmbito Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

4.2.4. Que estejam reunidas em consórcio, ainda que controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

4.2.5. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

4.2.6. Pessoa física que, ou empresa cujo (s) sócio (s), dirigente (s) ou administrador (es), seja(m) empregado (s) da ETIPI ou possua (m) vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, nos termos dos artigos 1.591 a 1.595 da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil) com:

4.2.6.1. Empregado (s) detentor (es) de cargo comissionado que atue (m) em área da ETIPI com gerenciamento sobre o contrato ou sobre o serviço objeto da presente pré-qualificação permanente;

4.2.6.2. Empregado (s) detentor (es) de cargo comissionado que atue (m) na área demandante da pré-qualificação permanente;

4.2.6.3. Empregado (s) detentor (es) de cargo comissionado que atue (m) na área que realiza a pré-qualificação permanente;

4.2.6.4. Autoridade da ETIPI hierarquicamente superior às áreas supramencionadas.

4.2.7. Organizadas sob a forma de cooperativas, tendo em vista que pela natureza dos serviços existe a necessidade de subordinação jurídica entre o prestador de serviço e o interessado, bem como de pessoalidade e habitualidade, e por definição não existe vínculo de emprego entre as cooperativas e seus associados.

4.2.8. Que possuam sócios com vínculo societário de qualquer natureza com outra interessada à pré-qualificação permanente ou com empresa já pré-qualificada.

4.3. A participação neste processo implica a aceitação integral dos termos e condições previstas neste Edital e seus Anexos, bem como das normas legais e regulamentares que o fundamentam.

5. **DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO NA PRÉ-QUALIFICAÇÃO PERMANENTE**

5.1. Para a pré-qualificação permanente, as interessadas deverão comprovar os requisitos relativos a:

5.1.1. Habilitação Jurídica;

5.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista;

5.1.3. Qualificação Econômico-Financeira;

5.1.4. Qualificação Técnica;

5.1.5. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art.7º da Constituição Federal.

5.2. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

5.2.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, em se tratando de sociedades comerciais;

5.2.2. No caso de sociedades por ações, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das pessoas jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

5.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

5.2.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

5.2.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

5.2.6. Cópia do documento de identidade dos responsáveis técnicos e legais.

5.3. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá na apresentação de declaração se comprometendo a apresentar quando da eventual contratação:

5.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

5.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão positiva com efeito de negativa), na forma da lei;

5.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Estaduais e à Dívida Ativa Estadual, ou Certidão positiva com efeito de negativa), na forma da lei;

5.3.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede da interessada, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do Edital;

5.3.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada (Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Municipais e à Dívida Ativa Municipal, ou Certidão positiva com efeito de negativa), relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, na forma da lei;

5.3.6. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

5.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, comprovada por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com

Efeito de Negativa, cujo prazo de validade, conferido por lei, é de 180 (cento e oitenta) dias.

5.4. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

5.4.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede da pessoa jurídica ou certidão negativa de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física;

5.4.2. A certidão, referida no subitem anterior, que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente será aceita com o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão;

5.4.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando resultados dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1 (um), e resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, que deverão estar em memorial de cálculos juntado ao balanço, calculado com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento. "LG = ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO / PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE SG = ATIVO TOTAL / PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE, LC = ATIVO CIRCULANTE / PASSIVO CIRCULANTE. Caso a empresa apresente resultado menor que 1 (um), em qualquer dos índices referidos, deverá comprovar por meio do Balanço Patrimonial possuir patrimônio líquido no valor mínimo de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais);

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a longo prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

5.4.4. Junto com o balanço patrimonial poderá ser apresentado o demonstrativo de cálculo dos índices acima, assinados pelo profissional contábil responsável pela empresa.

5.4.5. Os interessados deverão apresentar os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) já calculados e assinados pelo contador responsável.

5.5. A **Qualificação Técnica** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

5.5.1. Apresentação de atestado (s), certidão (ões) ou declaração (ões) de caráter técnico fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, que comprove (m) ter a interessada desempenhado, de forma satisfatória, nos últimos 05 (cinco) anos, atividade (s) pertinente (s) e compatível (eis) com as características do objeto deste Edital.

5.5.1.1. O (s) atestado (s) / certidão (ões) / declaração (ões) deverá (ão) se referir a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária da interessada, especificadas no contrato social ou estatuto vigente.

5.5.1.2. O (s) atestado (s) / certidão (ões) / declaração (ões) deve (m) ser apresentado (s) contendo a identificação do signatário (nome, cargo, assinatura) e da pessoa jurídica emitente, indicando as características, quantidades, períodos e prazos das atividades executadas ou em execução pela interessada.

5.5.1.3. Para verificar a autenticidade dos atestados apresentados, a ETIPI poderá realizar diligências ou requerer outros comprovantes da execução do objeto.

5.5.1.4. A interessada disponibilizará, caso solicitado, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados entregues, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação.

5.5.2. Certificações consideradas pela interessada, como equivalentes as exigidas no item 5.5, seus subitens e anexos de especificações técnicas, poderão ser analisadas pela Comissão Especial de Pré-qualificação Permanente em Governança Educacional, que terá autonomia para concluir sobre a aceitação dos documentos.

5.6. A interessada deverá comprovar que possui corpo técnico com certificação (ões) em atividades relacionadas a desenvolvimento de sistemas da informação. Deve ser comprovado vínculo entre o (s) técnico (s) e a interessada.

5.7. A interessada deverá apresentar ainda no ato de sua inscrição, o que se segue:

5.7.1. Todas as declarações, nos moldes e disposições constantes no Anexo II;

5.7.2. Declaração, nos moldes e disposições constantes no Modelo V do Anexo II, que seu (s) sócio (s), dirigente (s) ou administrador (es) não é (são) empregado (s) da ETIPI e não possui (em) vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, nos termos dos artigos 1.591 a 1.595 da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil) com:

5.7.2.1. Empregado (s) detentor (es) de cargo comissionado que atue (m) em área da ETIPI com gerenciamento sobre o contrato ou sobre o serviço objeto da presente pré-qualificação permanente;

5.7.2.2. Empregado (s) detentor (es) de cargo comissionado que atue (m) na área demandante da pré-qualificação permanente;

5.7.2.3. Empregado (s) detentor (es) de cargo comissionado que atue (m) na área que realiza a pré-qualificação permanente;

5.7.2.4. Autoridade da ETIPI hierarquicamente superior às áreas supramencionadas.

5.7.3. Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio Entre Participantes e de Responsabilidade Socioambiental, conforme Modelo III do Anexo II;

5.7.4. Pedido de Pré-qualificação permanente, nos moldes e disposições constantes Modelo I do Anexo II.

5.8. As empresas participantes, deverão apresentar declaração própria, assinada por representante legal, conforme Modelo VII do Anexo II – Termo de Responsabilidade e Sigilo, de modo que o contratante disponha de todas as garantias da legislação brasileira enquanto tomador do serviço e responsável pela guarda das informações, assumindo que respeitará a lei Brasileira nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, em especial seu artigo 26º, e a Lei nº 13.709, de 14.8.2018 (Lei de proteção de dados).

5.9. A Comissão Especial de Pré-qualificação Permanente em Governança Educacional ou pessoa indicada por esta atestará via sistema próprio a data do seu efetivo recebimento.

5.10. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados da seguinte forma:

5.10.1. Obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para todas as filiais. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação;

5.10.2. O documento obtido através de sítios oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pela Comissão Especial de Pré-qualificação Permanente em Governança Educacional;

5.10.3. Dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente o prazo de validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira;

5.10.4. Em original ou por qualquer processo de reprografia autenticada por cartório competente. Caso a documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

5.11. Outras Disposições:

5.11.1. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal da microempresa ou da empresa de pequeno porte que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir (do deferimento da pré-qualificação) de declarado o vencedor, para a regularização do (s) documento (s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

5.11.2. A não comprovação da regularidade fiscal, até o final do prazo estabelecido no subitem anterior, implicará na decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.12. É facultado à ETIPI promover diligência destinada a esclarecer ou complementar informações sobre qualquer documento apresentado pela interessada.

5.13. Para a interessada que entregar a documentação via formulário disponibilizado no site da ETIPI, será emitido recibo via e-mail com protocolo de entrega.

5.14. Para controle da documentação, cada documento deverá ser enviado separadamente através de formulário próprio e específico.

6. DO PROCEDIMENTO DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO PERMANENTE

6.1. A partir da data indicada no preâmbulo deste Edital, o interessado deve apresentar à Comissão Especial de Pré-qualificação Permanente toda a documentação requerida, sendo de sua responsabilidade o preenchimento das informações requeridas no formulário disponibilizado de forma eletrônica, conforme modelos do ANEXO II.

6.2. Recebida a documentação de habilitação, será verificado o atendimento das condições de habilitação dos solicitantes, mediante a análise da documentação encaminhada na forma do item 5.

6.3. A ETIPI emitirá termo de pré-qualificação, contendo os dados da empresa, o objeto para a qual foi pré-qualificada e a informação de que a habilitação foi aprovada.

6.4. O processo de pré-qualificação permanente será efetuado em caráter contínuo e exclusivo, sendo aberto um único processo administrativo na ETIPI, referentes às solicitações de pré-qualificação de cada interessado.

6.5. Os interessados que apresentarem pendências na documentação serão comunicados por e-mail, podendo, a qualquer tempo, no limite de validade do Edital, apresentar a documentação exigida, sanando a irregularidade que motivou a sua inabilitação, acompanhada do requerimento contido no Modelo IV do ANEXO II.

6.5.1. Para ter direito a manifestar-se no procedimento de habilitação para pré-qualificação, inclusive em renúncia ao direito de interpor recurso, cada interessada participante deverá apresentar-se com apenas um representante que, devidamente munido de documento de identidade, responda por sua representada.

6.6. Quando se tratar de Titular, Diretor ou Sócio da interessada, deverá ser apresentado documento comprobatório de sua capacidade para representá-la (ex.: contrato social, cópia de ata, procuração).

6.7. Quando se tratar de representante que não se enquadre na situação prevista no item 6.7 deverá ser apresentada procuração dirigida à Comissão Especial de Pré-qualificação Permanente, com dados de identificação do representante, devendo constar, expressamente, poderes para participar de todos os atos da pré-qualificação.

6.7.1. A referida procuração, se particular, deverá fazer-se acompanhar de documento comprobatório da capacidade do outorgante para constituir mandatários.

6.8. A ausência do documento de representação não impedirá o representante de participar do processo, entretanto, ficará impedido de praticar qualquer ato durante o processo de pré-qualificação.

6.9. Para exercer o direito de que trata o item 6.6 deste Edital, cada representante poderá representar uma única interessada.

7. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

7.1. A documentação para fins de habilitação começará a ser examinada pelos membros da Comissão Especial de Pré-qualificação Permanente em Governança Educacional, especialmente designada para este fim, a partir do seu recebimento.

7.2. A fim de verificar se existe restrição do interessado ao direito de participar em licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública, a Comissão consultará os cadastros mantidos para esta finalidade.

7.3. Considerando que os documentos exigidos no presente edital serão enviados de forma eletrônica, os mesmos poderão ser requeridos a via original ou cópias autenticada por cartório competente para conferência pela Comissão Especial de Pré-qualificação Permanente.

7.4. Após o julgamento da documentação recebida e conforme regra prevista no item 5, a Comissão divulgará o resultado a cada interessado por meio do (s) e-mail (s) registrado (s) para o processo de pré-qualificação permanente.

7.5. Será inabilitado o interessado que:

7.5.1. Não comprove a regularidade da documentação de habilitação por ocasião de sua verificação ou apresentá-la em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7.5.2. Possua registro de ocorrência que a impeça de licitar e contratar com a ETIPI ou com a Administração Pública, ou que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração, no âmbito Federal, Estadual ou Municipal ou do Distrito Federal, ou ainda que esteja suspensa para licitar e contratar com a ETIPI, enquanto perdurarem os motivos da punição.

7.5.3. Deixe de apresentar a documentação/informações solicitadas na data fixada ou apresente-a incompleta ou em desacordo com as disposições deste Edital.

7.6. A Comissão divulgará de forma contínua a relação das empresas pré-qualificadas no website da ETIPI, na página contida no link https://www.etipi.com.br/licitacoes.

7.7. A ETIPI publicará no Diário Oficial do Estado do Piauí todas as novas pré-qualificações.

8. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1. Após a divulgação das interessadas pré-qualificadas, será disponibilizado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para os interessados apresentarem suas razões do recurso contra o resultado do julgamento da pré-qualificação.

8.2. A falta de manifestação motivada do participante, no prazo estabelecido no item 8.1, importará a decadência do direito de recurso.

8.3. Os recursos deverão ser encaminhados à Comissão Especial de Pré-qualificação Permanente, em documento timbrado oficial da interessada, devidamente assinado por representante habilitado legalmente no processo de pré-qualificação no endereço de e-mail informado no preâmbulo do edital.

8.4. A Comissão Especial de Pré-qualificação Permanente terá um prazo de até 15 (quinze) dias úteis para responder aos recursos apresentados pelas interessadas, salvo nos casos em que seja

necessário realizar diligências ou depender de respostas de terceiros, onde será definido um prazo alternativo compatível com a complexidade do recurso apresentado.

8.5. Qualquer recurso contra o julgamento não terá efeito suspensivo ao procedimento de pré-qualificação.

8.6. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.7. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento ao interessado, por meio de comunicação por e-mail e publicação no site da ETIPI.

9. DA HOMOLOGAÇÃO DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO PERMANENTE

9.1. Após o julgamento da Comissão Especial de Pré-qualificação Permanente e o decurso do prazo recursal previsto no item 8.1, o resultado da pré-qualificação será submetido à consideração da autoridade competente da ETIPI, para fins de homologação do presente procedimento.

9.2. A interessada habilitada poderá desistir da sua pré-qualificação apresentando, a qualquer momento a contar da data de publicação no Diário Oficial do Estado, sua intenção através da entrega de documento formal à Comissão Especial de Pré-qualificação Permanente.

9.3. Poderá a interessada perder a sua condição de pré-qualificada, se a ETIPI tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente, só conhecido após o julgamento, que desabone sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, qualificação econômico- financeira ou técnica.

9.4. A documentação exigida no Item 5 deverá estar válida na data da homologação, cabendo à interessada ou pré-qualificada encaminhar, sempre que necessário, novos documentos para substituírem os que tenham seu prazo expirado.

10. DA REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO PRESENTE PROCESSO

10.1. A ETIPI poderá revogar a presente pré-qualificação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-lo por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, bem como adiá-lo ou prorrogar o prazo para recebimento da documentação, sem que caiba aos (às) interessados (as), quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.

10.2. Os interessados não terão direito à indenização caso ocorra a anulação do procedimento de pré-qualificação.

11. DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

11.1. O contrato oriundo deste Edital de Pré-Qualificação deverá seguir a minuta disponibilizada no documento de Chamada de Oportunidade, quando da sua disponibilidade, para todos os fins e efeitos de direito, regulamentando as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, sujeitando-se aos princípios da teoria geral dos contratos de direito privado e aplicando-se subsidiariamente, as disposições de direito público.

11.2. Os prazos dos contratos advindos desta pré-qualificação serão de até 05 (cinco) anos, a critério da ETIPI e com a concordância da pré-qualificada, até o limite permitido na Lei nº 13.303/16.

11.3. Fica a critério da ETIPI exigir apresentação da documentação requerida no Item 5, em sua totalidade ou não, válida na data da assinatura de cada contrato, cabendo a pré-qualificada encaminhar, sempre que solicitado, novos documentos para substituírem os que tenham seu prazo expirado.

11.4. Os contratos derivados desta pré-qualificação, especialmente aqueles de prestação continuada de serviços, poderão sofrer variação durante sua execução mensal para melhor se ajustar a parâmetros de planejamento do cliente.

11.5. Os parâmetros de níveis de serviços serão específicos de cada contrato, tendo como base as definições da Chamada de Oportunidade e seus anexos.

11.6. A pré-qualificada que entre em inadimplemento ou apresente interrupção de serviço sem motivo aceitável em quaisquer de seus contratos preconizados por este processo de pré-qualificação poderá ser IMPEDIDA de celebrar novos contratos derivados desta pré-qualificação até que os inadimplementos ou prestação de serviços sejam adequadamente resolvidos.

11.7. O Contrato de prestação de serviços será disponibilizado para assinatura via Sistema Eletrônico de Informações (SEI), para que seja assinado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da disponibilização.

11.8. O prazo para assinatura do contrato, exposto no subitem anterior, poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela ETIPI.

12. DA GARANTIA CONTRATUAL DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO

12.1. Para cada contrato derivado deste processo de pré-qualificação, a contratada deverá prestar garantia contratual correspondente a 1% (um por cento) sobre o valor estimado do contrato, em conformidade com o disposto no art.70, da Lei Federal nº 13.303/2016, vedada a prestação de garantia através de Título da Dívida Agrária, que deverá ser quitada em no máximo 30 (trinta) dias após a assinatura do mesmo.

12.1.1. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

12.1.1.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

12.1.1.2. Prejuízos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

12.1.1.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada.

12.2. Na garantia deverá estar expresso prazo de validade superior a 90 (noventa) dias do prazo contratual.

12.3. A garantia prestada será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º, do art.70, da Lei Federal nº 13.303/2016

12.4. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a pré-qualificada sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

12.5. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 12.1 deste edital.

13. DAS CHAMADAS DE OPORTUNIDADES

13.1. As chamadas de oportunidades representam o instrumento de seleção de serviços entre as pré-qualificadas.

13.2. As chamadas de oportunidades apresentarão as características funcionais, especificidades, premissas técnicas e de serviços que deverão ser consideradas pelas pré-qualificadas, para que, munidas de informações relevantes sobre as necessidades para atendimento ao escopo dos serviços, emitam propostas de acordo com as condições específicas preestabelecidas em cada chamada.

13.3. Em chamada de oportunidade envolvendo produto e/ou serviço nominado, será obrigatório existir pelo menos 03 (três) propostas de empresas pré-qualificadas para que seja homologado o resultado da chamada.

13.4. Nas chamadas de oportunidades poderão ser aplicadas exigências, regras e critérios em caráter eliminatório e/ou classificatório, caracterizando a chamada dentre as opções estabelecidas no regulamento de licitações e contratos da ETIPI.

13.5. As propostas deverão ser apresentadas pelas empresas pré-qualificadas em moeda nacional (reais).

13.6. As propostas deverão ser entregues conforme previsto em cada chamada de oportunidade.

13.7. As propostas entregues na ETIPI relativas às chamadas de oportunidades em andamento não poderão ser devolvidas às empresas pré-qualificadas que as emitiu sob nenhuma hipótese.

13.8. A ETIPI poderá, a qualquer tempo, estabelecer novo procedimento para recebimento de propostas das empresas pré-qualificadas.

13.9. As empresas pré-qualificadas serão informadas por e-mail sobre a publicação das chamadas de oportunidades no portal da ETIPI e todas terão o mesmo prazo para emitir suas respectivas propostas, conforme definido neste Edital e seus anexos.

13.10. Caso ocorra mais de uma proposta com o mesmo valor, o critério de desempate será o sorteio. Ressalvadas as disposições relativas às ME e EPP, devidamente previstas na LC 123/2006.

13.11. Os itens de serviços vencedores de cada chamada de oportunidade serão trazidos para a composição dos serviços do marketplace da ETIPI, devendo seus preços finais serem mantidos como máximos por um prazo mínimo de 12 (doze) meses a contar da data da homologação do resultado da chamada de oportunidade.

13.12. A pré-qualificada que, injustificadamente, apresentar renúncias de emissão de propostas em percentual igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) das chamadas de oportunidades realizadas em um período de 01 (um) ano após sua pré-qualificação, poderá perder sua condição de pré-qualificada, observado contraditório e ampla defesa.

14. DOS INCENTIVOS AOS PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE PESSOAS

14.1. As empresas pré-qualificadas no processo de seleção para parceria estratégica em Solução Inovadora de Governança, Execução e Monitoramento das Políticas Públicas Educacionais deverão se comprometer a investir em programas de capacitação e formação de pessoas, com o objetivo de fortalecer competências relacionadas à governança digital e ao uso de tecnologias inovadoras no âmbito educacional do Estado do Piauí.

14.2. Os programas de capacitação e fornação de pessoas poderão ser realizados por meio de eventos, palestras, treinamentos, cursos e ações correlatas, prioritariamente no Estado do Piauí, com foco nos seguintes aspectos:

14.2.1. No uso de ferramentas e plataformas digitais voltadas à gestão, execução e monitoramento de políticas públicas educacionais.

14.2.2. No desenvolvimento de competências para integração de dados e soluções tecnológicas que promovam o bem-estar e o desenvolvimento humano no ambiente escolar.

14.2.3. Em tecnologias como analytics, inteligência artificial, big data e sistemas de informação que auxiliem na governança educacional, com ênfase em planejamento, avaliação de desempenho e suporte psicossocial.

14.3. As empresas deverão no prazo de até 06 (seis) meses, apresentar um plano de capacitação e formação de pessoas, a ser aprovado pela ETIPI.

14.3.1. No plano de capacitação e formação de pessoas citado no item 14.1, as empresas deverão:

a) Capacitar no mínimo de 50 (cinquenta) pessoas por ano.

14.4. Dos incentivos ao empreendedorismo

14.4.1. A empresa deverá se comprometer a investir em programas de incentivo ao empreendedorismo dentro do Estado do Piauí, apresentando Termo de Compromisso de Incentivo ao Empreendedorismo (MODELO IX do ANEXO II);

14.4.2. A empresa deverá apresentar no prazo de até 06 (seis) meses a partir da pré-qualificação, um programa de incentivos às startups que desenvolvam soluções digitais para governança, execução e monitoramento de políticas educacionais, visando estimular o empreendedorismo no Estado do Piauí.

14.4.3. A empresa deverá realizar ações de incentivo a startups no Estado do Piauí, tais como:

a) Desenvolvimento de plataformas de gestão educacional baseadas em tecnologias;

b) Criação de aplicativos ou sistemas web para monitoramento de indicadores educacionais;

c) Soluções digitais voltadas ao suporte psicossocial e ao bem-estar de estudantes e professores;

d) Investimentos diretos em processos de aceleração de startups educacionais;

e) Investimentos em parques tecnológicos;

f) Outros.

14.4.3.1. A empresa deverá comprovar a realização das ações acima mencionadas com, pelo menos, 05 (cinco) startups estabelecidas no Estado do Piauí.

14.4.4. Para efeito de comprovação do exposto no item 14.4, a pré-qualificada deverá apresentar documentação formal das ações realizadas.

14.5. Dos incentivos aos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação

14.5.1. A empresa deverá se comprometer a investir em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) que aprimorem a governança digital e a execução de políticas educacionais no Estado do Piauí, considerando aspectos integrados de bem-estar e desenvolvimento humano, de acordo com os temas do item 14.4.3, no âmbito do Estado do Piauí, apresentando Termo de Compromisso de Desenvolvimento de Projeto de PD&I (MODELO XIII do ANEXO II).

14.5.2. O incentivo a PD&I de que trata o item 14.5.1 deverá ser realizado através do investimento em instituições de ensino e pesquisa, universidades, institutos e/ou empresas locais de TIC no Estado do Piauí.

14.5.2.1. É vedada a utilização desses investimentos para contratação de equipes técnicas e/ou empresas que executem o projeto de PD&I, no todo ou em parte, fora do Estado do Piauí.

14.5.3. Os projetos de PD&I deverão atender demandas do Governo do Piauí ou serem considerados relevantes ou estruturantes para a geração de negócios para a economia do Estado, mediante a análise e aprovação pela ETIPI.

14.5.4. A empresa deverá no momento da pré-qualificação, entregar Termo de Compromisso preenchido, conforme Modelo XIII do Anexo II, se comprometendo a desenvolver, pelo menos, 01 (um) novo projeto de PD&I a cada ano dentro do Estado do Piauí.

14.5.5. Para efeito de comprovação do exposto no item 14.5.4, a pré-qualificada deverá apresentar documentação que comprove a ação realizada.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. A pré-qualificada que se recusar, injustificadamente, a assinar qualquer documento inerente ao processo de pré-qualificação, nos prazos estabelecidos no Edital, perderá a condição de pré-qualificada, mediante contraditório e ampla defesa.

15.2. Ficará impedida de licitar e contratar com a ETIPI, pelo prazo de até 02 (dois) anos, ou poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, a interessada que incorrer em alguma das seguintes hipóteses:

15.3. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo;

15.4. Tenha praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da pré-qualificação;

15.5. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.6. Após a instrução do processo relativo as penalidades de impedimento temporário para licitar e contratar com a ETIPI e a declaração de inidoneidade, aplicadas pela competente autoridade da ETIPI, fica assegurada a ampla defesa nos moldes da Lei.

15.7. A declaração de inidoneidade impossibilita a interessada de relacionar-se comercialmente com a Administração Pública, e incidirá enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16. **DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. A participação na presente pré-qualificação implica a concordância, por parte da interessada, com todos os termos e condições deste Edital e Anexos.

16.2. As interessadas arcarão com todos os custos decorrentes de participação neste Edital de pré-qualificação.

16.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

16.4. Só se iniciam e vencem os prazos, incluindo horário, referidos neste Edital, em dia de expediente na sede da ETIPI situada na Av. Pedro Freitas, 1900, Centro Administrativo, entre os prédios da SEADPREV e SEDUC. - Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP 64018-900.

16.5. É de responsabilidade da interessada o acompanhamento do processo pelo site da ETIPI no endereço https://www.etipi.com.br/licitacoes

16.6. A divulgação pela ETIPI, neste Edital de Pré-qualificação, não caracteriza nenhum direito ou expectativa de faturamento por parte das interessadas, não cabendo à ETIPI o ressarcimento de eventuais prejuízos pela não pré-qualificação de interessadas.

16.7. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

16.8. É facultada à Comissão ou autoridade superior da ETIPI, em qualquer fase da pré-qualificação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da documentação.

16.9. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante a ETIPI a interessada que não o fizer até o 2° (segundo) dia útil que anteceder a data limite fixada para o recebimento da documentação.

16.10. Caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data da intimação ou da lavratura da ata do ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessados.

16.11. As infrações penais tipificadas na Lei nº 13.303/2016 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

16.12. Quaisquer dúvidas acerca deste processo de pré-qualificação deverão ser encaminhadas por escrito à Comissão Especial de Pré-qualificação Permanente, por intermédio do endereço eletrônico: cpl@etipi.pi.gov.br .

17. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

17.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da dotação orçamentária própria prevista em comprovante de disponibilidade orçamentária anexado de forma individual para cada contrato gerado a partir da chamada de oportunidade.

17.2. Consoante o disposto no Art. 95 do Regulamento de Licitações e Contratos da ETIPI, fica desde já a ETIPI autorizada a instaurar licitação restrita aos pré-qualificados e a celebrar contratos por demanda.

17.3. A ETIPI fixará um quantitativo ou valor máximo de fornecimento ou serviço a ser utilizado no prazo de vigência do referido contrato, **SEM comprometimento do Orçamento da ETIPI.**

17.4. Na hipótese do item anterior, a ETIPI demandará o objeto de forma **PARCELADA** e apenas quando necessitar, nos termos e prazos definidos no Edital e contrato, remunerando o contratado apenas pelo que for efetivamente executado.

18. **DO FORO**

18.1. Para dirimir as questões oriundas deste processo de pré-qualificação permanente será competente a comarca de Teresina, Estado do Piauí.

19. **ANEXOS**

19.1. ANEXO I — TERMO DE REFERÊNCIA (SEI n.º 016158020)

19.2. ANEXO II — MODELO DE DECLARAÇÕES

19.3.

Comissão Especial de Pré-qualificação Permanente

(Assinado eletronicamente)

TARSO NETO DE CARVALHO RIBEIRO ROCHA

Diretor Administrativo e Financeiro - ETIPI

(Assinado eletronicamente)

JOSÉ AUGUSTO ALVES FERREIRA BISPO

Diretor Técnico - ETIPI

(Assinado eletronicamente)

ERICK BARRETO DA SILVA

Presidente da CPL - ETIPI

NESTES TERMOS, APROVO E AUTORIZO O INÍCIO DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO PERMANENTE EM GOVERNANÇA EDUCACIONAL — N.º 01/2025

(Assinado eletronicamente)

ELLEN GERA DE BRITO MOURA

Presidente da ETIPI

_____

[1] [1]ETIPI-PI. **Regimento Interno de Licitação, Contratos e Convênios — RILCC.** V.2. de 25 de abr de 2024; Diário Oficial do Estado. Teresina, PI. Disponível em: <https://www.etipi.com.br/documentos/regulamento-interno-de-licitacoes-contratos-e-convenios> Acesso em: 10 de jun de 2024.

Documento assinado eletronicamente por **ERICK BARRETO DA SILVA - Matr.0396617-8**, **Presidente da CPL da ETIPI**, em 13/03/2025, às 12:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019.

Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ AUGUSTO ALVES FERREIRA BISPO - Matr.0194244-1**, **Diretor Técnico**, em 13/03/2025, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019.

Documento assinado eletronicamente por **TARSO NETO DE CARVALHO RIBEIRO ROCHA - Matr.0398909-7**, **Diretor Administrativo e Financeiro**, em 13/03/2025, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019.

Documento assinado eletronicamente por **ELLEN GERA DE BRITO MOURA - Matr.0158401-4**, **Presidente da ETIPI**, em 13/03/2025, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **017105856** e o código CRC **1B188C26**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 00117.000100/2025-95 SEI nº 017105856

Criado por laerth.lima@etipi.pi.gov.br, versão 4 por laerth.lima@etipi.pi.gov.br em 13/03/2025 12:26:22.

EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ
Av. Pedro Freitas, 1900, Centro Administrativo, Entre os prédios da SEAD e SEDUC. - Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP 64018-900
Telefone: - http://www.etipi.pi.gov.br

ETIPI TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO

Processo nº 00117.000100/2025-95

1. OBJETIVO

1.1. Qualificação de empresa especializada em fornecimento de **SOLUÇÃO INOVADORA DE GOVERNANÇA, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS, CONSIDERANDO ASPECTOS INTEGRADOS QUE ABRANGEM O BEM-ESTAR E O DESENVOLVIMENTO HUMANO**.

2. OBJETO

2.1. O presente projeto tem como objeto a seleção de proposta para parceria estratégica por oportunidade de negócio de **SOLUÇÃO INOVADORA DE GOVERNANÇA, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS, CONSIDERANDO ASPECTOS INTEGRADOS QUE ABRANGEM O BEM-ESTAR E O DESENVOLVIMENTO HUMANO**.

3. CONTEXTO DA OPORTUNIDADE OU PROBLEMA IDENTIFICADO (DEMANDA)

3.1. Criada pela Lei nº 8.017 de 10 de abril de 2023, dispõe sobre a transformação da Agência de Tecnologia da Informação do estado do Piauí – ATI em sociedade de economia mista, denominada Empresa de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ETIPI, a mesma é dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, vinculada à Secretaria de Administração – SEAD.

3.2. A **ETIPI** tem como missão ser um instrumento de fortalecimento da governança digital, por meio da Tecnologia da informação e Comunicação, tendo por competência:

a) prestar serviços de suporte técnico e de gestão da área de Tecnologia da informação e Comunicação;

b) desenvolver novos sistemas de informação no âmbito do Governo e para o cidadão;

c) prestar, a pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, serviços de Tecnologia da informação e Comunicação de interesse do Governo Estadual;

d) executar, mediante convênios ou contratos, serviços de Tecnologia da informação e Comunicação para Órgãos ou Entidades do Estado, da União e dos Municípios;

e) realizar a gestão da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação corporativa da Administração Pública Estadual, compreendendo a gerência da rede de comunicação de dados do Governo, a gerência da Internet, Intranet e Extranet, a gerência de segurança do acervo tecnológico do Estado;

f) realizar pesquisa científica na área de Tecnologia da Informação e Comunicação;

g) atuar de forma articulada com o Conselho de Transformação Digital do estado do Piauí, integrando as ações de Governo Digital com o objetivo de fomentar e viabilizar a utilização da Tecnologia da Informação e Comunicação pelos Órgãos e Entidades estaduais e, em particular, da internet, na agilização dos processos administrativos internos, na obtenção de maior transparência das ações do Governo e na universalização e melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão;

h) realizar estudo e identificação de soluções estratégicas e estruturantes de Tecnologia da Informação e Comunicação para apreciação pelo Conselho de Transformação Digital do estado do Piauí, observando os seguintes princípios:

- foco nas necessidades da sociedade;
- abertura e transparência;
- compartilhamento da capacidade de serviço; simplicidade;
- priorização de serviços públicos disponibilizados em meio digital; segurança e privacidade;
- inovação e apropriação do conhecimento sobre os processos, metodologias e produtos do Governo Digital;
- integração dos órgãos e entidades da Administração Pública estadual

i) prover e manter a infraestrutura Compartilhada e Serviços Corporativos de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito da administração estadual;

j) coordenar tecnicamente e monitorar o provimento da rede corporativa estadual de comunicação de dados;

k) executar as iniciativas e projetos de Tecnologia da Informação e comunicação de acordo com as normas, orientações e recomendações definidas pelo Conselho de Transformação Digital do estado do Piauí;

l) promover a segurança da informação e comunicação, tanto nas atividades de planejamento, gestão e controle de riscos, quanto na definição e uso dos serviços, sistemas, softwares e aplicativos.

3.3. O Documento de Formalização da Demanda (DFD) e o Estudo Técnico realizado descrevem claramente a origem da oportunidade de negócio que motivou o presente edital.

3.4. Nesse cenário, a **ETIPI** provocou a manifestação de interesse propondo a participação societária para estruturação de um projeto de parceria voltado a **SOLUÇÃO INOVADORA DE GOVERNANÇA, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS, CONSIDERANDO ASPECTOS INTEGRADOS QUE ABRANGEM O BEM-ESTAR E O DESENVOLVIMENTO HUMANO**.

3.5. A proposta apresenta como meta: **atender requisitos de governança da educação no âmbito do estado, atendendo necessidades educacionais, operacionais, de planejamento, apoio, suporte psicossocial, de ambiente escolar, infraestrurura, entre outras carências em todo o estado**.

3.6. Diante da finalidade estatutária da **ETIPI**, se faz necessária a abertura de chamamento público para buscar potenciais interessados em apresentar propostas conforme dispostos no presente projeto básico e escopo do objeto.

3.7. Assim é que contextualizamos e identificamos o problema como oportunidade de negócio a ser solucionado por meio de parceria estratégica a ser definida após os trâmites de seleção da proposta, apresentação de estudos com indicação da modelagem com fulcro na legislação aplicável, pelo Regulamento de Licitações e Contratos e Convênios da **ETIPI**, visando a adoção de novos modelos e procedimentos de mercado a ser executado conforme delineado no presente projeto.

4. SOLUÇÃO PROPOSTA

4.1. A solução deve integrar o processo de gestão educacional do Estado e estar em perfeita sintonia com as diretrizes do BNCC.

4.2. Bens e serviços que compõem a solução

4.2.1. A descrição da solução como um todo, considerando o ciclo de vida do objeto, abrange uma **SOLUÇÃO INOVADORA DE GOVERNANÇA, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS, CONSIDERANDO ASPECTOS INTEGRADOS QUE ABRANGEM O BEM-ESTAR E O DESENVOLVIMENTO HUMANO, COM O INTUITO DE CRIAR UM ECOSSISTEMA EDUCACIONAL MODERNO E EFICIENTE**.

4.2.2. O modelo abaixo é decorrente das necessidades previamente identificadas e que motivaram a presente instrução, compreendendo uma solução integrada com os seguintes componentes:

- Planejamento e execução de atividades educacionais de todo o estado com base nas políticas públicas de ensino e com base nas necessidades particulares de cada região atendida, compreendendo recursos de gestão, organização, definição de padrões, registros de dados, apoio e suporte aos professores e demais agentes públicos da rede educacional com aportes de produção de conteúdo educativos e pedagógicos, aderentes a BNCC e as diretrizes para desenvolvimento integral do indivíduo;
- Planejamento e execução de atividades educacionais de apoio ao cumprimento da grade curricular, definida na BNCC, em ambiente virtual de aprendizagem, gestão de conteúdos e materiais, metodologia de personificação do aprendizado e avaliação de desempenho;
- Recursos de contingenciamento, compreendendo infraestrutura tecnológica e pedagógica para o pleno cumprimento, em todo o estado, do currículo escolar estabelecido pela BNCC, para transmissão e recepção de conteúdos educacionais;
- Governança administrativa estratégica, financeira e operacional de recursos em cada unidade escolar;
- Governança da jornada educacional, atendendo toda e qualquer demanda das rotinas de cada unidade;
- Recursos especiais e complementares de aprendizagem e de apoio ao desenvolvimento integral do indivíduo, destinado a análise e melhoria do clima escolar e que contemple o mapeamento de conflitos, déficits de aprendizagem, perfil socioemocional e identificação de potenciais riscos de ordem psicossocial;
- Análise, mapeamento e orientação de projetos de vida no ambiente educacional e profissional.

4.3. A **CONTRATADA** será a detentora dos os direitos de propriedade intelectual, direitos autorais desta solução de TI e o código-fonte da ser fornecida, não incluindo os diversos artefatos e informações produzidas em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração.

4.4. Para garantir a conformidade da solução à presente cláusula e preservar as informações e dados provenientes da prestação dos serviços, deverá contar com recursos remoto de cópia de segurança integral (Backup) de todos os dados armazenados. A **INSTITUIÇÃO** poderá armazenar os dados da cópia de segurança em servidor de arquivos próprio ou indicar servidor de terceiros.

4.5. O mecanismo de cópia de segurança deverá permanecer ativo durante toda a vigência do contrato até o prazo mínimo de 30 dias do encerramento deste, e a sua inoperabilidade será considerada inexecução do contrato, ainda que finalizada a prestação do serviço.

4.6. Considerando o escopo do objeto e relação aos serviços prestados, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar múltiplas equipes para atender as solicitações de maneira concomitante dentro dos prazos pactuados. Assim, o fluxo de utilização das horas de serviço será calculado com base em cada demanda e no esforço inerente às diferentes equipes designadas pela **CONTRATADA** para atendimento das demandas.

4.7. A solução estratégica inicial proposta para a implantação do negócio por participação societária está descrita na manifestação de interesse nos autos do processo, sendo que a proposta a ser apresentada deve conter o escopo básico sugerido em conformidade com o presente projeto, edital e a legislação correlata.

4.8. Deverá ainda o proponente apresentar proposta seguindo o escopo mínimo anexo, e ainda um plano de negócio para o desenvolvimento de atividade na área, composto por Plano Operacional, Planejamento Operacional, Planejamento Financeiro.

5. CRONOGRAMA

5.1. Etapas de entrega e cronograma de implantação e execução do negócio deverão seguir o Procedimento de Manifestação de Interesse e suas referências para o envio do Enquadramento Preliminar:

I - Qualificação completa do proponente, local para envio de notificações, informações, erratas, respostas e solicitação de esclarecimentos.

II - Descrição dos problemas e desafios concretos que justificam a parceria que se pretende instalar, bem como das soluções e dos benefícios que advirão de sua efetiva execução.

III - Demonstração, ainda que preliminar, da viabilidade econômica, jurídica e técnica da parceria proposta

6. EXECUÇÕES / PRAZO

6.1. O objeto deverá estar apto para comercialização em sua integralidade no prazo máximo de 30 (trinta) dias para a implantação e pleno funcionamento do negócio.

6.2. O Cronograma de execução detalhado deverá ser apresentado juntamente com a carta de intenção e proposta, seguindo os limites temporais definidos acima.

7. FORMATO DE APLICAÇÃO

7.1. A empresa a ser selecionada irá apresentar estudos com indicação de solução e modelagem para parceria estratégica por oportunidade de negócio, entre eles está a participar do quadro societário da **ETIPI**, conforme proposto inicialmente, atendendo a todos os requisitos legais e condições procedimentais prevista na Lei, no Estatuto, Regulamentos Internos e demais normas aplicáveis à espécie.

8. DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO

8.1. O Critério de seleção será mediante a comprovação das condições de elegibilidade prévia de habilitação de qualificação técnica, jurídica, econômico-financeira e fiscal, estando apta para a parceria, pela sua expertise e superioridade de mercado pelo modelo de negócio compatível com a finalidade e interesse da **ETIPI**, considerando as condições definidas no referido edital e no presente projeto e na legislação vigente, aferidos com comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto, por meio de atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

8.2. Será considerado comprovado a aptidão de desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto os seguintes aspectos:

- Provisão de soluções de software para transmissão de conteúdo audiovisual, com capacidade de atender ao menos 500.000 usuários, oferecendo aplicativos para plataformas móveis como Android, iOS, Windows e navegadores, e integrando funcionalidades como aulas ao vivo, chat multimídia, controle de presença, gestão de tarefas e aplicação de exames.
- Operação de um ambiente dedicado à transmissão de aulas, abrangendo atividades de pré-produção, execução, instalação de equipamentos e manutenção da infraestrutura necessária para transmissões ao vivo e gravação de conteúdos.
- Criação de conteúdos para plataformas de e-learning, incluindo a disponibilização e suporte de sistemas de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), incorporando funcionalidades de Inteligência Artificial e trilhas de aprendizado personalizadas por meio de ensino adaptativo.
- Fornecimento de sistema de Gestão Educacional Integrado, abrangendo o gerenciamento de alunos, docentes, turmas, avaliações, frequência e materiais didáticos, aliado à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, garantindo o funcionamento contínuo da plataforma.
- Fornecimento de plataforma digital interativa com foco no fortalecimento das competências socioemocionais dos alunos, aplicando técnicas de gamificação e Inteligência Artificial para estimular habilidades como autogestão, autoconsciência, relações interpessoais, consciência social, tomada de decisões responsáveis e prevenção ao bullying. A plataforma deve conter uma coleção de jogos alinhados às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ao modelo CASEL.
- Elaboração de conteúdos pedagógicos e audiovisuais, realizando a transposição desses conteúdos para plataformas educacionais, incluindo o desenvolvimento de vídeos animados, podcasts e atividades interativas.
- Capacitação de profissionais por meio de plataformas de ensino à distância e videoconferência, com a organização de treinamentos tanto presenciais quanto remotos.

- Entrega de aulas sobre qualquer conteúdo contido na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como nos currículos de cada estado, garantindo que, caso a escola não tenha condições de ministrar uma aula presencialmente por qualquer motivo, o sistema atua como contingência, disponibilizando as aulas de forma imediata. O conteúdo deve ser acessível a qualquer momento, seja na modalidade online gravada ou ao vivo, com transmissão híbrida que permite a participação remota e presencial dos alunos.

8.3. Deverá apresetar, ainda:

a) Evidência de atendimento aos requisitos de qualificação técnica da solução, (através da planilha "A" disponibilizada em formato .xls devidamente preenchida);

b) Evidência de atendimento aos requisitos técnicos específicos (através da planilha "B" disponibilizada em formato .xls devidamente preenchida);

c) Modelos de execução dos serviços;

d) Experiência na prestação de serviços.

8.4. A **INTERESSADA** que não cumprir os requisitos acima será desclassificada.

a) A documentação relativa à habilitação jurídica, constituirá na apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais sendo que, no caso de sociedades por ações, deverá se fazer acompanhar da ata de eleição de seus administradores;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;
- Decreto de autorização ou equivalente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir;

b) Em qualquer uma das hipóteses descritas no item acima deverá ser apresentada:

- relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com Cadastro de Pessoas Físicas -CPF;
- declaração do dirigente da entidade acerca da inexistência de dívida com o Poder Público, bem como de inscrição nos bancos de dados públicos e privados de proteção ao crédito; e
- informando se a pessoa ou se seus dirigentes se encontram incursos em alguma situação de vedação para contratar com a **ETIPI** prevista no seu regulamento interno de licitações, contratos e convênios.

c) Demais documentos para habilitação:

- prova de inscrição da entidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual, Distrital e Municipal e com a Seguridade Social (CND) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, na forma da lei;
- Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Nacional de débitos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa;
- Comprovante de consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS/CGU), mantido pela Controladoria Geral da União.
- Apresentação de balanço patrimonial do último exercício social já exigível na forma da lei, devidamente registrado na junta comercial e com termo de abertura e encerramento.

8.5. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, mediante cópia autenticada por cartório competente ou por empregado da **ETIPI**, membro da comissão de licitação

ou pregoeiro, por publicação em órgão da imprensa oficial ou obtidos pela internet em sítios oficiais do órgão emissor.

8.6. Havendo dúvidas ou divergências sobre os documentos apresentados a **ETIPI** poderá realizar diligência para a averiguação ou complementação, não podendo aceitar documentos que deverão ser apresentados na data prevista para recebimento.

8.7. Na ausência de qualquer dos documentos acima não será analisada a proposta sendo a interessada desclassificada.

8.8. Ao destinatário da autorização é permitida a contratação de pessoas físicas e jurídicas para elaboração dos estudos, permanecendo, no entanto, responsável perante a **ETIPI** pelo atendimento dos prazos fixados no respectivo termo, bem como pela qualidade e veracidade dos estudos apresentados, não incorrendo a **ETIPI** em qualquer responsabilidade do recurso humano contratado.

8.9. Será declarada vencedora a interessada que atender as condições de elegibilidade, habilitação, classificação e seleção das propostas;

8.10. A análise do atendimento das exigências de elegibilidade para a habilitação das propostas, deverá ser preliminar à análise dos documentos listados nos itens 5.1 do edital.

8.11. Após os processos de habilitação a comissão encaminhará as propostas para a Diretoria Administrativa e Financeira para análise da proposta e emissão de relatório;

8.12. Na proposta, em havendo erros formais, por serem sanáveis, será permitido a oportunidade em diligência junto a proponente para efetuar sua correção.

8.13. Abaixo, constam as tabelas de critérios e parâmetros definidos para o presente processo.

8.14. A pontuação será atribuída por item e não haverá pontuação proporcional.

8.15. A pontuação total máxima é de 150 (Cento e cinquenta) pontos.

HABILITAÇÃO TÉCNICA				
•	○	**Questões a serem consideradas**	**Escala de Pontuação**	**Pontuação Máxima**
Aptidão Técnica	Edital, item de atestado	Aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da parceria conforme item 5.1.5.1, sem prezuíjo da necessária comprovação dos demais itens de habilitação do item 5.1.*	10 pontos para cada atestado válido e no máximo de 5 atestados válidos	50 pontos
Qualificação técnica				
•		**Questões a serem**	**Escala de Pontuação**	**Pontuação Máxima**

HABILITAÇÃO TÉCNICA				
	○	**consideradas**		
Requisitos de qualificação técnica da solução	Anexo I-A	Atendimento de 100% dos requisitos	50 pontos	50 pontos
		Atendimento de 95% - 99% dos requisitos	40 pontos	
		Atendimento de 89% - 94% dos requisitos	25 pontos	
		Atendimento de 80% - 88% dos requisitos	10 pontos	
		Atendimento de menos de 80% dos requisitos	ELIMINADO	
Qualificação Técnica - Requisitos Técnicos Específicos				
•	○	**Questões a serem consideradas**	**Escala de Pontuação**	**Pontuação Máxima**
Requisitos técnicos específicos da solução	Anexo I-B	Atendimento de 100% dos requisitos	50 pontos	50 pontos
		Atendimento de 95% - 99% dos requisitos	40 pontos	50 pontos
		Atendimento de 89% - 94% dos requisitos	25 pontos	
		Atendimento de 80% - 88% dos requisitos	10 pontos	
		Atendimento de menos de 80% dos requisitos	ELIMINADO	
Pontuação máxima				150.

8.16. Será selecionada a **INTERESSADA** que atingir a maior pontuação total nos critérios e parâmetros de habilitação e qualificação técnica.

8.17. A **INTERESSADA** selecionada será convidada a assinar Termo de Confidencialidade com a **ETIPI**.

8.18. Será inabilitada a empresa que deixar de apresentar qualquer um dos documentos exigidos no presente edital e será desclassificada a proposta que desatender as condições para a formação da proposta e/ou que estiver com valor acima do estimado para aporte pela **ETIPI**.

9. **DO CRITÉRIO DE DESEMPATE**

9.1. Em caso de empate, serão seguidos os seguintes critérios de desempate:

9.1.1. **INTERESSADA** que apresentar maior pontuação de Qualificação Técnica - Requisitos Técnicos Específicos;

9.1.2. **INTERESSADA** que apresentar maior pontuação de Qualificação Técnica;

9.1.3. **INTERESSADA** que apresentar maior pontuação de Habilitação Técnica;

9.2. Após apreciados os critérios anteriores e, em persistindo empate, será realizado sorteio.

10. **DA ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS:**

10.1. A Diretoria Administrativa e Financeira fará a avaliação da documentação apresentada em até 05 (cinco) dias úteis, contados da sessão pública de entrega dos envelopes.

a) A Diretoria Administrativa e Financeira poderá solicitar esclarecimentos quanto à documentação apresentada, conferindo o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta.

10.2. Após a análise dos documentos e conclusão sobre a manifestação, a Diretoria Administrativa e Financeira irá providenciar a publicação do resultado no endereço eletrônico da **ETIPI** e no Diário Oficial do Estado do Piauí.

11. **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

11.1. A proposta deverá conter as seguintes informações:

a) Qualificação completa, que permita a identificação da pessoa jurídica de direito privado e sua localização para eventual envio de notificações, informações, erratas, respostas ou solicitação de esclarecimentos, com:

- nome completo, razão social
- inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.
- cargo, profissão ou ramo de atividade, do representante legal da empresa; indicação do responsável técnico pelos estudos e projetos;
- endereço
- endereço eletrônico.
- Demonstração de experiência na realização de estudos similares aos solicitados, mediante a juntada de documentos que comprovem a qualificação técnica de profissionais vinculados ao interessado.
- Detalhamento das atividades, indicando todas as etapas, que pretende realizar, considerado o escopo na manifestação originária e demais anexos do presente projeto básico, inclusive com a apresentação de modelo de entrega.
- Declaração mediante a qual transfere à **ETIPI** os direitos relativos aos estudos selecionados

11.2. Recebidas as propostas, a Diretoria de Negócios deverá analisá-las, produzirá relatório sobre sua conformidade e aceitação a ser apreciado pelo Conselho de Administraçãoda**ETIPI**analisando como critérios de qualificação dos interessados:

- O domínio das técnicas pertinentes ao objeto a ser executado;
- A capacidade financeira e de investimento dos interessados;
- O Know-How dos interessados em relação ao mercado consumidor;
- A geração de empregos diretos, assim como possibilidade de qualificação da mão de obra local;
- A estrutura a ser disponibilizada para execução do objeto;
- A viabilidade e vantagens da localidade a ser executado o objeto;
- O retorno financeiro mais benéfico;
- A produtividade;
- A capacidade de escala.

11.3. Analisadas as propostas, a Diretoria Administrativa e Financeira elaborará nota técnica à Comissão de Chamamento Público, sobre a conformidade e classificação.

11.4. Serão desclassificadas as propostas que deixarem de comprovar o atendimento aos requisitos constantes no presente instrumento.

12. **ESFORÇO DAS PARTES**

12.1. Todos os recursos de mão de obra, equipamentos utilizados e demais despesas diretas e indiretas para a elaboração dos estudos, indicação da modelagem e projetos executivos, incluindo licenças e autorizações nos órgãos competentes será exclusivamente da proponente.

13. **DAS OBRIGAÇÕES DA PARCEIRA PROPONENTE**

13.1. Executar os serviços na forma e termos reportados neste nesse projeto básico, conforme suas especificações e proposta;

13.2. Cumprir todas as obrigações constantes neste projeto, e na sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

13.3. Pagar os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços contratados;

13.4. Observar as disposições dos artigos 76 e 77 da Lei Federal n° 13.303, de 30 de junho de 2016;

13.5. Atender às observações e reclamações da fiscalização concernentes à execução dos serviços, adotando as providências requeridas nos prazos determinados pela **ETIPI** ou com esta consensuados;

13.6. Responsabilizar-se integralmente pelos estudos cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução;

13.7. Designar, por escrito, gestor(es), o(s) qual(is) tenha(m) poder(es) para resolução de possíveis ocorrências durante a sua execução;

13.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à **ETIPI** ou terceiros, independente da comprovação de sua culpa ou dolo da **ETIPI**, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização em seu acompanhamento;

13.9. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da **ETIPI**, prestando todos os esclarecimentos necessários, atendendo às reclamações formuladas e cumprindo todas as orientações do mesmo, visando fiel desempenho do serviço;

13.10. Efetuar imediata correção das deficiências apontadas pela **ETIPI** com relação à execução dos serviços contratados;

13.11. Selecionar rigorosamente os funcionários que irão participar da execução do objeto;

13.12. Zelar pela fiel parceria, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;

13.13. Cumprir as disposições legais e regulamentares municipais, estaduais e federais que interfiram na execução dos serviços;

13.14. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades, em especial da regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica alocada, e pelos contatos com a **ETIPI**;

13.15. Manter, durante toda a execução da parceria, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação indicadas neste termo, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

13.16. Dar ciência imediata e por escrito à **ETIPI** de qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços;

13.17. Prestar à **ETIPI** os esclarecimentos requeridos por escrito e acatar imediatamente as reclamações sobre seus serviços;

13.18. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 77 da Lei Federal n° 13.303/2016;

13.19. Reexecutar os serviços/projetos estudos sempre que solicitado pela **ETIPI**, mediante aprovação e critérios pré-estipulados, quando estiverem em desacordo com as técnicas e procedimentos aplicáveis;

13.20. Guardar sigilo quanto às informações ou documentos de qualquer natureza que porventura tome conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua divulgação indevida e utilização incorreta ou inadequada;

13.21. Adotar, naquilo que for cabível, os critérios e práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, nos termos da legislação aplicável;

13.22. Garantir a segurança e proteção das pessoas envolvidas direta ou indiretamente na realização do serviço;

13.23. Manter sempre atualizados seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço, sob pena de infração contratual;

13.24. Executar diretamente o objeto deste Projeto Básico, sem transferência de responsabilidades.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA ETIPI

14.1. Selecionar a melhor proposta com base nos critérios objetivos definidos no presente projeto básico, na lei nos regulamentos da **ETIPI** e na legislação aplicável à espécie.

14.2. Aprovar e autorizar a elaboração dos estudos, a melhor proposta selecionada com base nos critérios objetivos definidos no presente projeto básico, na lei nos regulamentos da **ETIPI** e na legislação aplicável à espécie;

14.3. Acompanhar os trabalhos e notificar, por escrito, à **PARCEIRA** toda e qualquer ocorrência relacionada com o objeto, tais como eventuais imperfeições, fixando prazo para sua correção;

14.4. Proporcionar todas as facilidades possíveis visando à realização do objeto;

14.5. Exigir da **PARCEIRA**, a qualquer tempo, documentos que comprovem o correto e tempestivo desembolso de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, securitários, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste Contrato;

14.6. Facilitar todas as condições necessárias e suficientes ao desempenho das atividades executadas pela **PARCEIRA**;

15. DA GESTÃO E SUPERVISÃO

15.1. A **ETIPI**, por seu Presidente, designa como Gestor e Supervisão do Objeto a Diretoria Administrativa e Financeira, a quem delega a indicação do grupo de trabalho para a análise e avalição técnica da proposta e demais atos decorrentes.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A **PARCEIRA/PROPONENTE**, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às sanções previstas na Lei nº 13.303/2016.

17. DA AUTORIZAÇÃO E DA SUA EXTINÇÃO

17.1. A autorização para a elaboração de estudos é intransferível, e:

17.1.1. Não gerará qualquer benefício em eventual licitação do empreendimento.

17.1.2. Não obrigará a **ETIPI** a realizar a contratação da parceria modelada.

17.1.3. Não implica, em nenhuma hipótese, responsabilidade da **ETIPI** perante terceiros por atos praticados pelo destinatário da autorização.

17.2. A autorização será extinta nas hipóteses de:

- Cassação, em caso de descumprimento de seus termos.

17.3. Revogação, em caso de:

- Perda de interesse da **ETIPI** na parceria estudada;
- Desistência por parte da pessoa física ou jurídica de direito privado autorizada, a ser apresentada, a qualquer tempo, por meio de comunicação escrita ao Presidente da **ETIPI**.

17.4. Anulação, em caso de vício no procedimento instituído por este procedimento ou por infração legal ou ato que a torne sem efeito, em caso de superveniência de dispositivo legal que, por qualquer motivo, impeça o recebimento dos estudos.

17.5. Na hipótese de descumprimento a que alude o item acima:

17.5.1. O destinatário da autorização será notificado para, no prazo de 15 (quinze) dias, promover a regularização.

17.5.2. Não atendida a notificação a que alude o item acima, a autorização será cassada.

17.5.3. A pessoa autorizada será comunicada, pelo Presidente, da extinção acima.

17.6. O destinatário da autorização, responsabilizar-se-á civil e administrativamente pela veracidade e qualidade dos estudos apresentados, devendo ressarcir a **ETIPI** pelos danos que esta venha a sofrer em virtude de sua utilização.

18. **DA MODELAGEM**

18.1. Após a seleção da proposta e autorização dos estudos a proponente apresentará os estudos e projetos indicando a modelagem o qual avaliada pela Diretora Administrativa e Financeira;

18.2. A Diretora Administrativa e Financeira poderá realizar reuniões, diligências e estudos técnicos com o destinatário da autorização, bem como com quaisquer interessados na modelagem, sempre que estes possam contribuir para a melhor compreensão do objeto e para a obtenção de estudos mais adequados à modelagem.

18.3. Recebidos e avaliados os estudos, a Diretora Administrativa e Financeira emitirá nota técnica a respeito dos principais aspectos envolvidos, incluindo sugestão de modelagem final, e a submeterá ao Presidente para análise e aprovação.

18.4. A nota técnica a que alude o item acima analisará, no mínimo, os seguintes aspectos dos estudos:

- Observância de diretrizes e premissas definidas no projeto básico no edital de chamamento público e anexos;
- Consistência e coerência das informações que subsidiaram sua realização;
- Inovação proposta;
- Adoção das melhores técnicas de elaboração, segundo normas e procedimentos científicos pertinentes, e utilização de equipamentos e processos recomendados pela melhor tecnologia aplicada ao setor;
- Compatibilidade com a legislação aplicável ao setor e com as normas técnicas emitidas pelos órgãos e pelas entidades competentes;
- Impacto socioeconômico da proposta para a parceria sugerida, se aplicável.

18.5. A Diretora Administrativa e Financeira poderá solicitar, aos autores dos estudos, complementação ou correções, que deverão estar expressamente identificadas na notificação que concederão respectivo prazo.

18.6. Não atendida a notificação, será cassada a autorização.

18.7. O Presidente deliberará a respeito da aprovação ou rejeição da modelagem no prazo de até 5 (cinco) dias, contados da apresentação da nota técnica.

18.8. Aprovada a modelagem da parceria, com base na nota técnica da Diretora Administrativa e Financeira, o Presidente deliberará acerca do aproveitamento dos estudos apresentados, que poderão ser, integralmente aproveitados ou parcialmente aproveitados, quando não rejeitados.

18.9. Na hipótese de o Presidente deliberar pela não aprovação da modelagem da parceria, todos os estudos que serviram de base à estruturação da modelagem final serão arquivados juntamente com a ata da reunião que formaliza a decisão, notificando-se os interessados.

18.10. Após análise pela Presidência, o Conselho de Administração deverá ser consultado para deliberação acerca da aprovação ou rejeição da modelagem escolhida e do parceiro selecionado.

18.11. O Presidente poderá, no âmbito das respectivas atribuições, estabelecer a necessidade de alteração, aprofundamento e detalhamento dos estudos que embasaram a modelagem, cabendo à Diretoria Administrativa e Financeira proceder às atividades especificadas pelo respectivo colegiado, incluída a comunicação com os autores dos estudos.

18.12. Nenhum estudo selecionado, incluída a modelagem final apresentada ao Presidente, vincula a **ETIPI**, cabendo a seus órgãos técnicos e jurídicos pronunciar-se sobre sua legalidade, consistência e suficiência.

19. DA CELEBRAÇÃO DE PARCERIA

19.1. Após a aprovação da modelagem da parceria e verificada a oportunidade de negócios, poderá ser dispensada a licitação, nos termos do art. 28, §4º da Lei Federal Nº 13.303/2016, estando a **ETIPI** autorizada a firmar parceria estratégica por oportunidade de negócios.

19.2. A escolha do parceiro deverá ser justificada, sendo comprovado pelo Presidente que o parceiro escolhido apresenta condições que demonstram sua superioridade em relação às demais empresas que atuam naquele mercado.

19.3. A **ETIPI** poderá também adotar procedimento licitatório diverso da parceria por oportunidade de negócios para a contratação da solução técnica, a depender da conveniência e oportunidade.

19.4. O procedimento para a contratação da parceria ocorreu em autos apartados do Procedimento de Manifestação de Interesse.

19.5. O autor ou financiador do projeto aprovado no Procedimento de Manifestação de Interesse poderá participar da licitação para a execução do projeto.

19.6. A Diretoria Jurídica deverá ser consultada acerca da legalidade do procedimento como ato de controle final, o que ao final será homologado.

20. DAS VEDAÇÕES E PRÁTICAS DE RESCISÕES

20.1. As vedações para a participação e firmar parceria com a **ETIPI** são as previstas no regulamento interno.

21. DA CONFIDENCIALIDADE

21.1. As Partes, por si, seus representantes, colaboradores, empregados, prepostos e/ou prestadores de serviços (“Pessoas Autorizadas”) reconhecem e concordam que, no cumprimento das obrigações para o objeto do presente projeto, tratarão como confidenciais todas as informações que tiverem acesso em função do objeto (“Informações Confidenciais”), não podendo, sob qualquer pretexto, divulgá-las, revelá-las, reproduzi-las e utilizá-las para fins outros que não aqueles relacionados aos serviços, ou dar conhecimento destas informações a terceiros estranhos a esta contratação, salvo mediante prévia autorização por escrito da Parte que revelou a informação ou nos termos autorizados pelo Contrato.

22. DO DIREITO DE PROPRIEDADES

22.1. Todas as peças, soluções materiais e imateriais produzidas pela proponente, fruto desta parceria, inclusive originais e arquivos em meio digital, independente dos meios de informações em que foram produzidos, integrarão permanentemente o acervo da **ETIPI**.

23. FORO

23.1. O foro para dirimir questões relativas ao presente contrato será o de Teresina - PI, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

24. **DISPOSIÇÕES FINAIS**

24.1. As declarações e/ou documentos necessários à comprovação dos requisitos técnicos de itens de contratação, referentes à execução de serviços (qualificação técnica dos responsáveis pela execução do serviço, dentre outros), deverão ser apresentadas no momento da apresentação da proposta na data a ser fixada no edital.

24.2. O presente projeto, bem como a proposta da **PARCEIRA** farão parte integrante da Parceria, independentemente da transcrição.

24.3. Fica assegurado à **ETIPI**, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, do chamamento público e do contrato de parceria, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente, respeitados os direitos das licitantes, em especial o contraditório e a ampla defesa.

24.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste projeto, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencem-se os prazos somente em dias e horários de expediente normais.

24.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Lei nº 13.303/2016 e regulamentação interna.

Teresina (PI), 17 de janeiro de 2025.

José Augusto Alves Ferreira Bispo
Diretor Técnico da ETIPI

Ellen Gera de Brito Moura
Presidente da ETIPI

Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ AUGUSTO ALVES FERREIRA BISPO - Matr.0194244-1**, **Diretor Técnico**, em 29/01/2025, às 19:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019.

Documento assinado eletronicamente por **ELLEN GERA DE BRITO MOURA - Matr.0158401-4**, **Presidente da ETIPI**, em 30/01/2025, às 08:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **016158020** e o código CRC **61090F45**.

Referência: Processo nº 00117.000100/2025-95 SEI nº 016158020

Criado por jose.alves@etipi.pi.gov.br, versão 35 por jose.alves@etipi.pi.gov.br em 29/01/2025 19:51:50.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ - ETIPI-PI
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - ETIPI-PI

Av. Pedro Freitas, 1900, Centro Administrativo Entre os prédios da SEAD e SEDUC. - Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP 64018-900
Telefone: - http://www.etipi.pi.gov.br

DECLARAÇÃO
ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÕES

MODELO I – PEDIDO DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO PERMANENTE em GOVERNANÇA EDUCACIONAL

À Comissão Especial de Pré-Qualificação – ETIPI

Ref.: **PEDIDO DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO PERMANENTE EM GOVERNANÇA EDUCACIONAL -** Edital de Pré-Qualificação Permanente em Governança Educacional

Prezados Senhores,

Após examinar todas as cláusulas e condições estipuladas no Edital em referência, apresentamos nosso pedido de Pré-Qualificação Permanente, nos termos consignados no mencionado ato convocatório e seus anexos, com os quais concordamos plenamente.

Local e Data.

[Nome legível e assinatura do representante legal da interessada com firma reconhecida ou assinatura eletrônica via certificados digitais]

MODELO II – DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

À Comissão Especial de Pré-Qualificação Permanente – ETIPI

Ref.: **DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES** – Edital de Pré-Qualificação Nº _____/20_____

A empresa requerente abaixo identificada DECLARA, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, e no inciso VII, do art. 193 do Regulamento Interno da ETIPI, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.

IDENTIFICAÇÃO

Empresa: [Nome da empresa requerente]

CNPJ: [CNPJ da empresa requerente]

Signatário (s): CPF: [CPF do signatário da empresa requerente]

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz?

SIM NÃO

Local e Data.

[Nome legível e assinatura do representante legal da interessada com firma reconhecida ou assinatura eletrônica via certificados digitais]

MODELO III – TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUIO ENTRE PARTICIPANTES E DE RESPONSABILIDADE SOCIO AMBIENTAL

À Comissão Especial de Pré-Qualificação Permanente – ETIPI

Ref.: **TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUIO ENTRE PARTICIPANTES E DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL** – Edital de Pré-Qualificação Permanente – ETIPI Nº _____/20_____

A empresa [Nome da empresa], inscrita no CNPJ/MF nº [CNPJ da empresa], por meio do seu representante devidamente constituído, [Qualificação completa do representante legal da empresa], doravante denominado Participante, no Edital de Pré-Qualificação Permanente Nº _____/20_____ :

Consciente de que a sociedade civil brasileira espera dos agentes econômicos a declaração de adesão a princípios, atitudes e procedimentos que possam mudar a vida política do País, assim como anseia pela efetiva prática de tais princípios;

Desejosa de oferecer à nação uma resposta à altura das suas expectativas;

Determinada a propagar boas práticas de ética empresarial, que possam erradicar a corrupção do rol das estratégias para obter resultados econômicos;

Ciente de que a erradicação das práticas ilegais, imorais e antiéticas depende de um esforço dos agentes econômicos socialmente responsáveis para envolver em tais iniciativas um número cada vez maior de empresas e organizações civis;

Sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, se compromete a:

a) Adotar, ou reforçar, todas as ações e procedimentos necessários para que as pessoas que integram as suas estruturas conheçam as leis a que estão vinculadas, ao atuarem em seu nome ou em seu benefício, para que possam cumpri-las integralmente, especialmente, na condição de fornecedor de bens e serviços para a ETIPI;

b) Proibir, ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício dê, comprometa-se a dar ou ofereça suborno, assim entendido qualquer tipo de vantagem patrimonial ou extrapatrimonial, direta ou indireta, a qualquer funcionário da ETIPI, nem mesmo para obter decisão favorável aos seus negócios;

c) Proibir ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que aja em seu nome, seja como representante, agente, mandatária ou sob qualquer outro vínculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com funcionários da ETIPI;

d) Evitar que pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício estabeleça qualquer relação de negócio com as pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública;

e) Não tentar, por qualquer meio, influir na decisão de outro participante quanto a participar ou não da referida Pré-Qualificação Permanente;

f) Apoiar e colaborar com a ETIPI em qualquer apuração de suspeita de irregularidade ou violação da lei ou dos princípios éticos refletidos nesta declaração, sempre em estrito respeito à legislação vigente;

E, ainda, declara que:

a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente e que o seu conteúdo, bem como a intenção de apresentá-la não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a discutido com ou recebido de qualquer outro participante em potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa antes da abertura oficial das propostas;

b) Esta empresa e seus sócios-diretores não constam em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores socioambientais, bem como não contrata pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que constem de tais listas;

c) Está plenamente ciente do teor e da extensão deste documento e que detém plenos poderes e informações para firmá-lo.

Local e Data.

[Nome legível e assinatura do representante legal da interessada com firma reconhecida ou assinatura eletrônica via certificado digital]

MODELO IV – MODELO DE REQUERIMENTO PARA ENTREGA DE DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES

À Comissão Especial de Pré-Qualificação Permanente – ETIPI

Ref.: **REQUERIMENTO DE ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR -** Edital de Pré-Qualificação Permanente – ETIPI Nº _____/20_____

Conforme permissão contida no item 6.5 do Edital de Pré-Qualificação Permanente Nº _____/20_____ , a empresa [Nome da empresa], CNPJ [CNPJ da empresa], por intermédio de seu representante legal infra-assinado, requer à Comissão Especial de Pré-Qualificação Permanente – ETIPI que receba o (s) seguinte documento (s):

- [Nome dos documentos anexados];

Requer ainda a interessada signatária que os documentos que atenderam às exigências editalícias no momento em que foram apresentados, sejam considerados, junto ao (s) documento (s) anexado (s) ao presente requerimento, com o fim de cadastrar a requerente para o procedimento em questão.

Nestes Termos, Espera Deferimento.

Local e Data

[Nome legível e assinatura do representante legal da interessada com firma reconhecida ou assinatura eletrônica via certificado digital]

MODELO V – DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO AO NEPOTISMO

À Comissão Especial de Pré-Qualificação Permanente – ETIPI

Ref.: **DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO DE NEPOTISMO** – Edital de Pré-Qualificação Permanente – ETIPI Nº _____/20_____

A interessada DECLARA, sob as penas da Lei, que:

Seu (s) sócio (s), dirigente (s) ou administrador (es), não é (são) empregado (s) da ETIPI e não possui (em) vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, nos termos dos artigos 1.591 a 1.595 da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil) com:

a) Empregado (s) detentor (es) de cargo comissionado que atue (m) em área da ETIPI com gerenciamento sobre o contrato ou sobre o serviço objeto da presente Pré-Qualificação Permanente;

b) Empregado (s) detentor (es) de cargo comissionado que atue (m) na área demandante da Pré-Qualificação;

c) Empregado (s) detentor (es) de cargo comissionado que atue (m) na área que realiza a Pré-Qualificação;

d) Autoridade da ETIPI hierarquicamente superior às áreas supramencionadas.

Não tem e que não contratará prestadores para a execução de serviço objeto desta Pré-Qualificação Permanente com vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, nos termos dos artigos 1.591 a 1.595 da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil) com empregado (s) ETIPI que exerça (m) cargo em comissão ou função de confiança:

a) Em área da ETIPI com gerenciamento sobre o contrato ou sobre o serviço objeto da presente Pré-Qualificação Permanente;

b) Na área demandante da Pré-Qualificação Permanente;

c) Na área que realiza a Pré-Qualificação Permanente.

Local e Data.

[Nome legível e assinatura do representante legal da interessada com firma reconhecida ou assinatura eletrônica via certificado digital]

MODELO VI – DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS

À Comissão Especial de Pré-Qualificação Permanente – ETIPI

Ref.: **DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS** – Edital de Pré-Qualificação Permanente – ETIPI Nº _____/20_____

A empresa [Nome da empresa], DECLARA sob as penalidades cabíveis, em atendimento às exigências editalícias, que:

a) Recebeu os documentos que compõem o Edital e que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto desta Pré-Qualificação Permanente;

b) Não se encontra declarado (a) inidôneo (a) para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e/ou Municipal;

c) Se obriga a informar a existência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação;

d) Preenche todos os requisitos e condições constantes do edital, com instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados para a execução do contrato, não se enquadrando em quaisquer das situações de impedimento nele previstas;

e) Não possui em seu quadro menor de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos.

Local e Data.

[Nome legível e assinatura do representante legal da interessada com firma reconhecida ou assinatura eletrônica via certificado digital]

MODELO VII – TERMO DE RESPONSABILIDADE E SIGILO

À Comissão Especial de Pré-Qualificação Permanente – ETIPI

Ref.: **TERMO DE RESPONSABILIDADE E SIGILO** – Edital de Pré-Qualificação Permanente – ETIPI Nº _____/20_____ , que têm entre si justas e acordados, na melhor forma do direito, as seguintes cláusulas e condições:

CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

a) CONSIDERANDO o conhecimento das informações relacionadas aos processos, projetos e informações estratégicas e sigilosas de ambas as partes;

b) CONSIDERANDO que as partes assumem o compromisso sob as penas da lei, de guardar rigorosamente de forma sigilosa todas as informações verbais e escritas, documentos, e-mails, mensagens eletrônicas e outros comunicados a que tenha acesso durante o período do contrato.

c) CONSIDERANDO que estas informações incluem, mas não se limitam a toda e qualquer informação verbal e escrita pertinentes aos projetos e estratégias que envolvam os clientes, fornecedores e toda e qualquer informação que estas transmitam através de terceiros, verbalmente, ou por escrito, para qualquer empresa de que eventualmente participem, mesmo eventual ou ocasionalmente em virtude de acordo ou não.

As partes resolver firmar o presente ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE E SEGREDO, mediante os termos e condições a seguir definidos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Para os efeitos do presente acordo considerar-se-ão informações confidenciais aquelas disponibilizadas pelas partes, em especial aquelas disponibilizadas em razão da contratação supramencionada, incluindo demonstrações de softwares, cursos, cursos EAD, cursos online, e-learning, material didático, vídeos, CDs, DVDs, material impresso, documentos, material didático, material em meio magnético, material em meio eletrônico ou quaisquer outras mídias, vinculadas a chamada pública de empresas, e todo o processo subsequente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEFINIÇÕES

2.1 A parte que disponibiliza qualquer informação à outra parte, em conformidade com este acordo, é denominada REVELADORA; a parte à qual às informações são prestadas é denominada RECEPTORA.

2.2 Todas e quaisquer informações relacionadas ao “Objeto” deste acordo ou adquiridas em razão do mesmo, reveladas por uma parte (REVELADORA) à outra (RECEPTORA), serão consideradas informações confidenciais, conforme definidas abaixo, e de propriedade da parte REVELADORA, devendo ser protegidas por ambas as partes, conforme previsto nesta Cláusula.

2.3 Informações Confidenciais ou Proprietárias devem significar, sem se limitar, toda e qualquer informação, patenteada ou não, de natureza técnica, operacional, comercial, jurídica, know-how, invenções, processos, fórmulas e designs, patenteáveis ou não, planos de negócios (business plans), métodos de contabilidade, técnicas e experiências acumuladas, transmitidas à parte RECEPTORA:

a) Por qualquer meio físico (e.g., documentos impressos, manuscritos, mensagens eletrônicas (e-mails), mensagens eletrônicas instantâneas (aplicativos), fotografias, etc.);

b) Por qualquer forma registrada em mídia eletrônica, tais como pen drives, fitas, CDs, DVDs (ou qualquer outro meio magnético);

c) Oralmente;

d) Resumos, anotações e quaisquer comentários, orais ou escritos;

e) Ou aquelas cujo conteúdo da informação torne óbvio a sua natureza confidencial.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXTENSÃO DA RESPONSABILIDADE

3.1 A RECEPTORA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, contratadas, procuradores, sócios, acionistas e quotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à RECEPTORA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas à necessidade da sobredita proposta, as quais serão consideradas confidenciais (Informações Confidenciais ou Proprietárias).

3.2 A RECEPTORA, na forma disposta no subitem 3.1, acima, também se obriga a:

a) Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

b) Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das informações proprietárias por seus agentes, contratadas ou por terceiros; e

c) Comunicar à REVELADORA, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXTENSÃO DA CONFIDENCIALIDADE

4.1 O conceito de confidencialidade não deve incluir informação fornecida pela parte REVELADORA para a parte RECEPTORA nas seguintes situações:

a) Após tornar-se publicamente conhecida sem que este acordo tenha sido violado;

b) Quando a informação tiver sido objeto de divulgação pela própria parte REVELADORA;

c) Comprove ter sido desenvolvida a qualquer tempo pela parte RECEPTORA sem o uso de informação confidencial;

d) Quando a informação for requerida por autoridades judiciais ou administrativas;

e) Quando a informação era conhecida pela parte RECEPTORA anteriormente à assinatura deste acordo;

f) Quando a informação for recebida através de fonte, que não a parte REVELADORA.

4.2 Da Proteção e do Controle de Informações Sigilosas

a) Conhece e respeitará a lei Brasileira nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, em especial seu artigo 26º.

b) Conhece e respeitará a lei Brasileira nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei de proteção de dados).

CLÁUSULA QUINTA – DA GUARDA DAS INFORMAÇÕES

5.1 Todas as obrigações de confidencialidade previstas neste acordo terão validade durante o prazo estabelecido na sua cláusula sétima, devendo a RECEPTORA:

a) Usar tais informações apenas para o fim objetivado neste acordo;

b) Manter procedimentos administrativos adequados à prevenção de extravio ou perda de quaisquer documentos ou informações confidenciais (Informações proprietárias), devendo comunicar à REVELADORA, imediatamente, a ocorrência de incidentes desta natureza, o que não excluirá a responsabilidade objetiva da primeira

5.2 A RECEPTORA fica desde já proibida de produzir cópias, ou backup, por qualquer meio ou forma, de quaisquer dos documentos a ela fornecidos ou que tenham chegado ao seu conhecimento em virtude do objeto deste acordo, além daquelas imprescindíveis ao desenvolvimento de seu trabalho.

5.3 A RECEPTORA deverá devolver, íntegros e integralmente, todos os documentos a ela fornecidos, em todas as mídias, inclusive as cópias porventura existentes, na data estipulada pela REVELADORA para entrega ou quando não mais for necessária a manutenção das informações, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, destruindo todos os documentos por ela produzidos e que contenham quaisquer informações protegidas por este Acordo, sob pena de incorrer nas penalidades aqui previstas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

6.1 Ao assinar o presente instrumento, a RECEPTORA manifesta sua concordância no sentido de que:

a) O não exercício, por qualquer uma das partes, de direitos assegurados neste instrumento não importará em renúncia aos mesmos, sendo considerado como mera tolerância para todos os efeitos de direito;

b) Todas as condições, acordos e obrigações ora constituídas serão regidas pelo presente acordo, pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

c) O presente acordo somente poderá ser alterado mediante acordo aditivo firmado pelas partes;

d) Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a RECEPTORA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste acordo de confidencialidade, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

e) O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a RECEPTORA, em razão da supramencionada proposta, serão incorporados a este acordo, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, não sendo necessário, nessas hipóteses, assinatura ou formalização de acordo aditivo;

f) Este acordo não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das partes, ou suas afiliadas, nem em obrigação de divulgar informações confidenciais para a outra parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si;

g) O fornecimento de informações confidenciais pela REVELADORA, não implica em renúncia, cessão a qualquer título, autorização de uso, mesmo conjunto, alienação ou transferência de nenhum direito, já obtido ou potencial, associado a tais informações, que permanecem como propriedade da REVELADORA, para os fins que lhe aprouver; e

h) A RECEPTORA indicará pessoa responsável para representá-la, mediante procuração específica, para retirar e/ou acessar quaisquer informações, dados, documentos, etc. da REVELADORA.

i) AMBAS AS PARTES declaram que conhecem a lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, lei de acesso à informação, e se comprometem a adequar suas plataformas tecnológicas de forma a obedecê-la em sua completude.

j) AMBAS AS PARTES declaram que conhecem a lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, lei de proteção de dados, e se comprometem a adequar suas plataformas tecnológicas de forma a obedecê-la em sua completude.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 As obrigações de confidencialidade decorrentes do presente acordo, assim como as demais responsabilidades e obrigações derivadas do mesmo, vigorarão durante o período de negociação entre as partes e permanecerão em vigor por 10 (dez) anos, a contar da data da divulgação da informação pela parte REVELADORA.

7.2 As disposições deste acordo devem, contudo, ser aplicadas retroativamente a qualquer informação confidencial, a qual possa ter sido divulgada com relação às discussões e negociações pertinentes à proposta supramencionada, anteriores, portanto, à data de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 A não observância de quaisquer das disposições de confidencialidade, estabelecidas neste instrumento, sujeitará a parte infratora, como também o agente causador ou facilitador, por ação ou omissão de qualquer um daqueles relacionados na cláusula terceira deste acordo, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos e estimados pela outra parte, inclusive as de ordem moral ou concorrencial, além das responsabilidades civil e criminal, as quais serão, respectivamente, apuradas em regular processo judicial.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1. O foro para solução de quaisquer discussões derivadas deste acordo é o mesmo do contrato principal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem justas e acertadas, firmam as partes, abaixo assinadas.

Local e Data

[Nome e assinatura do representante legal da ETIPI, com identificação completa e firma reconhecida ou assinatura eletrônica via certificado digital]

[Nome e assinatura do representante legal da interessada, com identificação completa e firma reconhecida ou assinatura eletrônica via certificado digital]

MODELO VIII – TERMO DE COMPROMISSO DE INCENTIVOS AOS PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE PESSOAS

À Comissão Especial de Pré-Qualificação Permanente – ETIPI

Ref.: **CARTA DE COMPROMISSO DE INCENTIVOS AOS PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE PESSOAS** – Edital de Pré-Qualificação Permanente – ETIPI Nº _____/20_____

Eu, [Nome do representante legal], na qualidade de [Cargo do representante legal], inscrito no CPF nº [CPF do representante legal], residente a [Endereço residencial do representante legal], atesto o compromisso do (a) [Nome da empresa], inscrito (a) no CNPJ nº [CNPJ da empresa], com endereço em [Endereço comercial], de desenvolver programas de incentivos aos programas de capacitação e formação de pessoas, nos moldes do ITEM 14.1 do Edital, a contar da data da homologação da Pré-Qualificação Permanente.

Local e Data.

[Nome legível e assinatura do representante legal da interessada com firma reconhecida ou assinatura eletrônica via certificado digital]

MODELO IX – TERMO DE COMPROMISSO DE INCENTIVOS AO EMPREENDEDORISMO

À Comissão Especial de Pré-Qualificação Permanente – ETIPI

Ref.: **TERMO DE COMPROMISSO DE INCENTIVOS AO EMPREENDEDORISMO** – Edital de Pré-Qualificação Permanente – ETIPI Nº _____/20_____

Eu, [Nome do representante legal], na qualidade de [Cargo do representante legal], inscrito no CPF nº [CPF do representante legal], residente a [Endereço residencial], atesto o compromisso do (a) [Nome da empresa], inscrito (a) no CNPJ nº [CNPJ da empresa], com endereço em [Endereço comercial], de desenvolver programas de incentivos ao empreendedorismo, nos moldes do ITEM 14.2 do Edital, a contar da data da homologação da Pré-Qualificação Permanente.

Local e Data.

[Nome legível e assinatura do representante legal da interessada com firma reconhecida ou assinatura eletrônica via certificado digital]

MODELO X – CARTA DE REPRESENTAÇÃO

À Comissão Especial de Pré-Qualificação Permanente – ETIPI

Ref.: **CARTA DE REPRESENTAÇÃO** – Edital de Pré-Qualificação Permanente – ETIPI Nº _____/20_____

A [Nome da Empresa], inscrita no CNPJ (MF) sob o Nº [CNPJ da empresa], vem por meio desta, manifestar interesse em participar do Edital de Pré-Qualificação Permanente Nº _____/20_____ que tem como objeto o [Objeto do Edital], apresentando [Nome do representante], inscrito no CPF Nº [CPF do representante] como representante da empresa na presente Pré-Qualificação Permanente, conforme documento anexo [procuração/ato de constituição].

Declaro que: “Tenho conhecimento e concordo com todos os termos e condições estabelecidas neste Edital”.

Local e Data.

[Nome legível e assinatura do representante legal da interessada com firma reconhecida ou assinatura eletrônica via certificado digital]

MODELO XI – ATESTADO DE VISTORIA

À Comissão Especial de Pré-Qualificação Permanente – ETIPI

Ref.: **ATESTADO DE VISTORIA** – Edital de Pré-Qualificação Permanente – ETIPI Nº _____/20_____

A [Nome da Empresa], inscrita no CNPJ (MF) sob o Nº [CNPJ da empresa], vem por meio desta, declarar para fins de participação na Pré-Qualificação Permanente Nº _____/20_____ que tem como objeto o [Objeto do Edital], que efetuou as vistorias técnicas nas dependências da ETIPI , tendo assim tomado ciência das condições técnicas e operacionais existentes e avaliado quais serão as necessidades a serem atendidas, caso vencedor do certame, para garantir o perfeito e integral funcionamento da solução completa ofertada a ETIPI.

Local e Data.

[Nome legível e assinatura do representante legal da interessada com firma reconhecida ou assinatura eletrônica via certificado digital]

MODELO XII – DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA A VISTORIA

À Comissão Especial de Pré-Qualificação Permanente – ETIPI

Ref.: **DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA A VISTORIA** – Edital de Pré-Qualificação Permanente – ETIPI Nº _____/20_____

A [Nome da Empresa], inscrita no CNPJ (MF) sob o Nº [CNPJ da empresa], vem por meio desta, declarar para fins de participação na Pré-Qualificação Permanente Nº _____/20_____ que tem como objeto o [Objeto do Edital] que a optou em não realizar a vistoria, e que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com a ETIPI. Desta forma, a referida empresa atesta que não alegará desconhecimento das condições e grau de dificuldade existente como justificativa para eximir-se das obrigações assumidas.

Local e Data.

[Nome legível e assinatura do representante legal da interessada com firma reconhecida ou assinatura eletrônica via certificado digital]

MODELO XIII – TERMO DE COMPROMISSO DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETO PD&I

À Comissão Especial de Pré-Qualificação Permanente – ETIPI

Ref.: **TERMO DE COMPROMISSO DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETO PD&I** – Edital de Pré-Qualificação Permanente – ETIPI Nº _____/20_____

Eu, [Nome do representante legal da empresa], na qualidade de [cargo do representante legal], inscrito no CPF Nº [CPF do representante], residente [endereço residencial do representante], atesto o compromisso da [Nome da empresa], inscrito no CNPJ sob Nº [CNPJ da empresa], no endereço [Endereço comercial da empresa], de desenvolver programas de investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) de [OBJETO DO EDITAL] no âmbito do Estado do Piauí, nos moldes do Item 14.3 do Edital, a contar da data da homologação da Pré-Qualificação Permanente.

Local e Data.

[Nome legível e assinatura do representante legal da interessada com firma reconhecida ou assinatura eletrônica via certificado digital]

(Assinado eletronicamente)

ERICK BARRETO DA SILVA

Presidente da CPL - ETIPI

Documento assinado eletronicamente por **ERICK BARRETO DA SILVA - Matr.0396617-8**, **Presidente da CPL da ETIPI**, em 12/03/2025, às 09:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **017053751** e o código CRC **1458543C**.

Referência: Caso responda este Documento, indicar expressamente o Processo nº 00117.000100/2025-95 SEI nº 017053751

Criado por laerth.lima@etipi.pi.gov.br, versão 9 por laerth.lima@etipi.pi.gov.br em 11/03/2025 14:17:02.